



Número: **0801164-75.2019.8.18.0049**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso**

Última distribuição : **05/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDILSON RAMOS DA PAZ (AUTOR)		FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9455717	29/04/2020 17:01	Citação	Citação
8572206	29/02/2020 06:41	Despacho	Despacho
8118810	30/01/2020 13:28	Certidão	Certidão
5560259	05/07/2019 11:31	Petição Inicial	Petição Inicial
5560261	05/07/2019 11:31	DOC EDILSON RAMOS DA PAZ	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CABINETE DA Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso DA COMARCA DE ELESBÃO
VELOSO
Praça Santa Teresinha, 242, Centro, ELESBÃO VELOSO - PI - CEP: 64325-000

PROCESSO Nº: 0801164-75.2019.8.18.0049
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: EDILSON RAMOS DA PAZ

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

Ao Senhor

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Comunico-lhe que tramita nesta **Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0801164-75.2019.8.18.0049) que tem como requerente AUTOR: EDILSON RAMOS DA PAZ

e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

, para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo,



na url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19070511301884700000005325694
DOC EDILSON RAMOS DA PAZ	Documentos	19070511301900100000005325696
Certidão	Certidão	20013013280609100000007754203
Despacho	Despacho	20022906414733600000008186047

ELESBÃO VELOSO-PI, 29 de abril de 2020.

LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretaria da Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso DA COMARCA DE
ELESBÃO VELOSO**

Praça Santa Teresinha, 242, Centro, ELESBÃO VELOSO - PI - CEP: 64325-000

PROCESSO Nº: 0801164-75.2019.8.18.0049

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDILSON RAMOS DA PAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos etc. Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça, assim como, a inversão do ônus da prova em favor da parte autora.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, reservo-me para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado nº 35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se, pois, a Seguradora demandada - para contestar a presente ação, querendo, no prazo legal, ressaltando que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Cumpra-se.

ELESBÃO VELOSO-PI, 29 de fevereiro de 2020.

Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

CABINETE DA Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso DA COMARCA DE ELESBÃO VELOSO

Praça Santa Teresinha, 242, Centro, ELESBÃO VELOSO - PI - CEP: 64325-000

PROCESSO Nº: 0801164-75.2019.8.18.0049

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: EDILSON RAMOS DA PAZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

ELESBÃO VELOSO-PI, 30 de janeiro de 2020.

ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Secretaria da Vara Única da Comarca de Elesbão Veloso



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA
DE ELESBÃO VELOSO - PI**

EDILSON RAMOS DA PAZ, brasileiro, casado, lavrador, inscrito no CPF nº 015.679.223-09 e portador do RG nº 2.270.717-SSP/SI, residente e domiciliado na Rua José Marcelino de Moraes, nº 1162, Bairro Santa Clara, CEP: 64.325-000 Município de Elesbão Veloso - PI, por seu Advogado "*in fine*" assinado, constituído nos termos do incluso instrumento de mandato (doc. em anexo), com endereço profissional na Rua das Orquídeas, nº 1097, Bairro de Fátima, CEP: 64.049-534 Teresina- PI, onde recebem intimação e correspondências de estilo, telefones para contato: (86) 99973-0022/ 99446-7935/ 3231-2809/ 99996-4692, E-mail: frmoliveira@hotmail.com, vem, mui respeitosamente, com a devida vênua à honrosa presença de Vossa Excelência, com supedâneo nos artigos 319 do Novo Código de Processo Civil, da Lei Federal 6.194/74 e 8.441/92, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-201, pelo motivo de fato e de direito a que passa a expor, ponderar e ao final requerer:

1 – PRELIMINARMENTE

1.1 - DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente solicita o benefício da gratuidade de justiça, nos termos da Legislação Pátria, inclusive para efeito de possível recurso, tendo em vista a impossibilidade de a autora arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família nos termos da Lei 1.060/50.

2 – DOS FATOS



O Autor, em data de **06/05/2016 (seis de maio de dois mil e dezesseis)**, por volta das 15:30 horas, era condutor em uma motocicleta Marca/Modelo HONDA/CG 125, cor: VERMELHA de placa OEF-1088 conduzida pela a parte autora, o mesmo trafegava na motocicleta acima mencionada pela estrada vicinal da Localidade Campina Verde, passando por cima de uma pedra o que provocou o desequilíbrio, com isso o autor veio a cair no chão, fraturando o punho direito. Foi encaminhado para o Hospital Estadual Norberto Moura, onde foi medicado e liberado para casa. Entretanto, o autor estava sentindo muita dor e, por isso, se dirigiu ao Hospital Particular Antônio Bonfim (este na cidade de Valença – PI) onde foi constatado a fratura no punho, conforme BOLETIM DE OCORRÊNCIA N ° 136588.000027/2017-97 (documento em anexo).

Assim, inequivocamente, tendo em vista o fato supra noticiado, o Autor é beneficiário da indenização de **SEGURO DPVAT**, conforme dispõe a legislação de regência.

O requerente teve como resultado do trágico acidente uma **enfermidade incurável**, conforme se observa no **Laudo/Relatório médico** em anexo, o requerente apresentou fratura impactada do terço distal do rádio (documentos em anexo).

Assinale que o Autor, mediante procedimento administrativo, deu entrada em requerimento de indenização de **SEGURO DPVAT**, sendo que a seguradora responsável negou o pagamento da indenização, que em caso de debilidade permanente o valor estipulado pela Lei 6.194/74, com as alterações da Lei 11.482/07, é no importe de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**.

Tal entendimento, Preclaro Magistrado, é fundamentado na **Lei Federal n.º 6.194/1974** com as respectivas alterações **da Lei n.º 11.482/07**, que ampara e assegura, de forma incontroversa, o direito do autor de receber o **SEGURO DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** no patamar de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, em face **da comprovação da invalidez permanente**, como restara devidamente provada no LAUDO MÉDICO.

Desta forma, as sequelas restam inequivocamente provadas mediante a juntada aos autos, como ora se faz, **do Laudo Médico, Boletim de Ocorrência**, de que foi vítima o autor, bem assim, e fundamentalmente, a **INVALIDEZ PERMANENTE** (docs. em anexo).

A verdade é uma só Excelência, o Requerente é beneficiário da indenização do **SEGURO DPVAT** em seu valor máximo de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, pois foi vítima de acidente de trânsito, em que restou aqui comprovado o grau de **INVALIDEZ PERMANENTE** do mesmo, conforme **LAUDO MÉDICO**.

Desta forma, a demandada deverá indenizar o requerente, conforme determina a **Lei Federal 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/07**, que assegura o pagamento aos beneficiários de Seguro DPVAT em caso de **INVALIDEZ PERMANENTE** o importe de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme se demonstrará a seguir.

3 – DO DIREITO

Nos termos do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, os danos pessoais circundados pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de



assistência médica e suplementar:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Certamente, no caso de **Invalidez Permanente, o pagamento da indenização de Seguro DPVAT**, conforme determina a lei 6.194/74 com as alterações **da lei 11.482/07, deverá ser de 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Outra não é a realidade fática do caso em exame, tendo em vista, relatório médico em anexo, que comprova o grau de **invalidez permanente** do autor, o que autoriza de forma iniludível o deferimento da verba indenizatória no patamar fixado pelo dispositivo legal acima, qual seja, **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Impende mencionar que a própria Lei 6194/74, em seu artigo 5º, § 1º determina que a indenização seja paga com base **no valor vigente na época da ocorrência do sinistro**, senão vejamos:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela MP 340/06).

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

Apenas para argumentar, há que se dizer que a lei acima, que disciplina o caso



vertente, **não distingue entre invalidez total ou parcial**, não podendo, portanto, o intérprete ou o julgador distinguir onde a lei não o faz. Com isso, torna-se desprovido verificar se a invalidez que acometeu o autor é total ou parcial, muito embora, percebe-se que, no caso em exame, **é PÚBLICO E NOTÓRIO QUE É PERMANENTE**.

Assim, incontroversa, pelas provas carreadas oportunamente aos autos, que o grau de invalidez do demandante é **PERMANENTE**, não gerando nenhuma dúvida no tocante à sua pretensão, caracterizando, deste modo, grau de invalidez permanente.

3.1 – DA NÃO EXISTÊNCIA DO IML (INSTITUTO MÉDICO LEGAL)

O município onde reside o Autor não possui estabelecimento do Instituto Médico Legal (IML), o que dificulta a realização da perícia médica para que haja a verificação da invalidez permanente por parte do requerente.

Todavia, Vossa Excelência, há julgados em que é dispensado o laudo do IML para a indenização do seguro DPVAT.

APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT-
PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO – REJEITADA –
PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – SENTENÇA NULA
– DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML –
INTERESSE DE AGIR PRESENTE – RECURSO PROVIDO. - **O interesse de agir consubstancia – se na necessidade do autor de obter, pela intervenção judicial, a reparação de prejuízo que reputa lhe tenha sido causado pelo réu. – O art. 5º da Lei 6.194/74 prevê a indenização referente ao seguro obrigatório será devida àquele que comprovar a ocorrência do acidente e do dano dele decorrente independente da existência de culpa do segurado, não dispondo acerca da necessidade de Laudo do Instituto Médico legal para fins de ajuizamento de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.**

(TJ-MG – AC: 10040150055057001 MG, Relator: Juliana Campos Horta, Data de Julgamento: 22/05/0017, Câmaras Cíveis/ 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/06/2017)

Contudo, vendo Vossa Excelência a necessidade de uma perícia médica para que haja a comprovação da invalidez do Autor, que seja designado um perito da forma menos onerosa possível ao requerente, pois devido as suas condições financeiras limitadas, este se encontra impossibilitado financeiramente de deslocar-se até um município que possua um estabelecimento do IML.

3.2 – INAFASTABILIDADE DE APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Em razão de o Estado proibir a autotutela, surge em contrapartida, a necessidade de armar o cidadão com um instrumento capaz de levar a cabo o conflito intersubjetivo em que



está envolvido. Esse direito é exercido com a movimentação do Poder Judiciário, que é o órgão incumbido de prestar a tutela jurisdicional. É direito fundamental à ação. Dessa forma, o exercício da ação cria para o autor o direito à prestação jurisdicional, direito que é um reflexo do poder-dever do juiz de dar a referida prestação jurisdicional.

Pode-se, com isso, dizer que o direito fundamental à ação é a faculdade garantida constitucionalmente de deduzir uma pretensão em juízo e, em virtude dessa pretensão, receber uma resposta satisfatória (sentença de mérito) e justa, respeitando-se, no mais, os princípios constitucionais do processo (contraditório, ampla defesa, motivação dos atos decisórios, entre outros).

Sob a dicção de que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, a Constituição da República empalmou o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que, em síntese, de um lado, outorga ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição e, de outro, faculta ao indivíduo o direito de ação, ou seja, o direito de provocação daquele.

O art. 5º, XXXV, consagra o direito de invocar a atividade jurisdicional, como direito público subjetivo. Não se assegura aí apenas o direito de agir, o direito de ação. Invocar a jurisdição para a tutela de direito é também direito daquele contra quem se age contra quem se propõe a ação.

3.3 – DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorárias advocatícias em detrimento de seu sustento e de sua família.

De acordo com a dicção do artigo 4º da lei 1.060/50, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Com amparo nos argumentos legais, de direito requer concessão do presente benefício.

4 – DO PEDIDO

Nessas condições, e confiando na sensibilidade jurídica e experiência profissional que notabilizam Vossa Excelência, espera e requer o Requerente, a luz da Lei e do melhor direito, o seguinte:

a) Na forma da lei nº 1060/50, requer o autor o benefício da assistência jurídica gratuita, não podendo arcar com a custa e despesas processuais sem o prejuízo do seu sustento e de sua família em caso de eventual recurso;



b) Que seja a requerida citada para que, querendo, responder a presente peça inicial, dentro do prazo legal, contestando-a, sob pena de, não o fazendo, serem aplicados os efeitos da revelia e confissão quanto à matéria de fato que será considerada verdadeira, assim como relatada pelo autor, acompanhado-a até o final;

c) Que, ao final, seja a presente ação **julgada PROCEDENTE** para o fim de impor a condenação à requerida no importe de R\$ **13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, nos exatos termos da exordial, em face da **INVALIDEZ PERMANENTE DA SUPPLICANTE, conforme determina a Lei 6.194/74, com as respectivas alterações da Lei 11.482/07.**

d) A condenação da demandada à custa e honorários advocatícios, arbitrados nos termos do Código de Processo Civil, bem como suportar outros encargos decorrentes da sucumbência;

e) Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, não só pelos documentos acostados aos autos, como ainda por outros que poderá juntar ao processo, inclusive pelo depoimento pessoal do Autor, testemunha, representante da Requerida, e demais provas que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, para os efeitos legais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Teresina (PI), 05 de Julho de 2019.

Francisco Roberto Mendes Oliveira

Advogado OAB/PI 7.459

Ernesto de Lucas Sousa Nascimento

Bacharelado em Direito



2

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Edilson Ramos da Paz, brasileiro, casado, advogado, ins-
crito no CPE n.º 015.679.223-09, portador de RG n.º 2.270.747-
SSP/PE, residente e domiciliado na Rua José Norberto de Moura,
n.º 1162, Bairro Santa Clara, CEP: 64325-000, município de Cla-
udia Veloso - PI

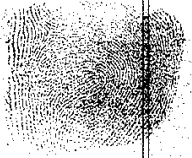

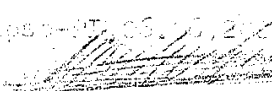

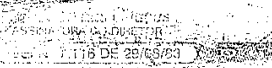
OUTORGADOS: FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA e LÍVIA SANTOS SOARES, advogados com o número de inscrição na OAB/PI, 7459 e 11487 respectivamente, com escritório profissional na Rua Áurea Freire, 1220, Bairro Jockey, Teresina/PI, fone (86) 3305-0203.

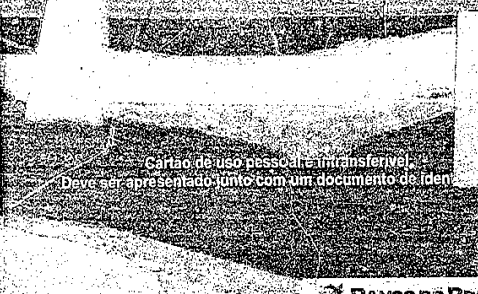
PODERES: para, em conjunto ou separadamente, representa-lo (s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo(s) nas contrárias, recebendo citações iniciais, confessar, reconhecer a procedência do(s) pedido(s), renunciar ao(s) direito(s) sobre seu(s) negócio(s) no que lhes for incumbido podendo requerer, alegar, defender todo(s) o(s) outorgante(s), em que seja(m) autor(es) ou réu(s), fazendo citar, oferecer ações, libelos exceções, embargos, reconvenção(ões), suspeição ou outros quaisquer artigos, contrariar, produzir, inquirir testemunhas, assistir aos termos de inventários e partilhas assinado termo de inventariante, partilhas amigáveis, concordar com avaliações, cálculos e descrições de bens, ou impugna-los, assinar autos, requerimento, protestos, contra protestos e termos ainda os de recursos, tomar posse, vir com embargos de terceiros senhor e possuidor, fazer representações criminais e queixas-crime, bem como representá-lo em qualquer ato junto ao INSS para, enfim, tudo fazer para o fiel desempenho deste mandato, no que for interesse(s) do(s) outorgante(s) mesmo com cláusulas que não estejam expressas neste instrumento que adoto(amos) e ratifico(amos) para todos os efeitos de Direito, inclusive substabelecer e, em especial para ajuizar

Teresina (PI), 02 de Maio de 2017.

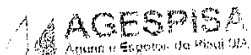
Edilson Ramos da Paz
OUTORGANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 2.270.717 DATA DE EMISSÃO: 11.06.2001	
 		Nome: Edilson Ramos da Paz Data de Nascimento: 16.set.1976 Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro Profissão: Advogado Assinatura: 	
Assinatura do Titular: 		Assinatura do Emissor: 	
Carteira de Identidade		Lei nº 7.116 DE 29/06/83	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal CPE Cadastro de Pessoas Físicas Número de Inscrição: 015.679.223-09 Nome: EDILSON RAMOS DA PAZ Data de Nascimento: 16.09.1976		Cartão de uso pessoal e intransferível. Deve ser apresentado junto com um documento de identificação.  BANCO DO BRASIL	
--	--	---	--





Av. Marechal Castelo Branco, 101 - Norte - Teresina - PI
Inscrição Estadual: 19.301.656-7 / CNPJ: 06.045.747/0001-27
Internet: www.agespisa.com.br
Atendimento ao Consumidor: 0800 86 8888

Fatura Mensal

Medidor 307525-7		Hidrometro A08E018765		Data JUN/2016	
Nome/Razão Social/Endereço EDILSON RAMOS DA PAZ RUA JOSE MARCELIANO DE MORAIS, 1162 SANTA CLARA ELESBAO VELOSO 64325000					
AG- 108					
Situação Água/Esgoto 3/1	Ass. 1	Categorias de Uso Com. Ind. Pub.		Inscrição 36 1 06 0649 0119-000	
Data 12/05/2016		Data 13/06/2016		Data 32	
Histórico de Consumo			Forma de Faturamento		
Mês/Ano	Leitura	Consumo	Ocorr.	FATURADO P/ MINIMO DA LIGACAO	
12/15	984	2	0		
01/16	985	1	0		
02/16	986	1	0		
03/16	986	0	0		
04/16	986	0	0		
05/16	986	0	0		
06/16	986	0	0		
				Cód. Responsável 910597901	Código da Tarifa 01
				Consumo Médio 0	Consumo Fato Água 0
				Consumo 0	Consumo Faturado 10
Cód. Nome do Serviço AGUA MANUTENCAO HIDROMETRO				Valor (R\$) 23,41 0,68	

VENCIMENTO

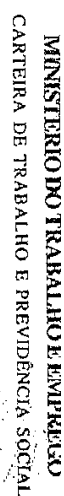
20/06/2016

24,09

PAGUE ATÉ O VENCIMENTO. EVITE COBRANÇA DE MULTA/JUROS MORA.
SEJA MESÁRIO VOLUNTÁRIO - ACESSSE www.tre-pi.jus.br/eleitor/mesario-voluntario/mesario-voluntario

CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO PIAUÍ								
Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Calc. Total	Amônia	Zaccharichia Coll
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,0	0,3			
Nº Mínimo de Amostras Exigidas								
Nº Amostras Realizadas								
Nº Amostra que Atende Legislação								
Valor Médio	0.37	0.19	0.77	7.30	0.00	0.00	0.00	
Conclusão: RESERVE A QUALIDADE DA ÁGUA. LAVE OS RESEZVATÓRIOS SEMESTRALMENTE.								
Mensagens								





Edilson Kales de Paiz



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Edelma Ramos de Jesus
 Loc. Nasc. Estados Unidos da América
 Filiação Fernando Ramos de Jesus
Estado Civil - Solteiro
 Doc. Nº 105514-1-8334111-26-15-1973

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
Exp. em / / Estado
Obs.: DRT
Data Emissão 06/06/01

Assinatura do Funcionário
Nome do Funcionário
Setor Mat. Proj. e Identidade

[illegible]

Dr. Edmar

HISTÓRIA MÉDICA

DECLARAMOS QUE EAMILSON RUAOS DA PAZ, FOI VITÍMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO FOTO OCORRIDO EM 06.05.16 ÀS 15:30 HS, TENDO SOFrido FORTE TISSIMO EM MSA, CANSANDO COM FRATURA NA PORÇÃO DISTAL DO RÁDIO, ONDE FOI TRATADO CIRURGICAMENTE, ATRAVÉS DE OSTEOSINTESE: PLACAS, PARAFUSOS E FIO DE AÇO, LICOS, COMPLETANDO COM FISIOTERAPIA, RESTA FORTE DOR E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS COM SENSÃO DE ECARTAMENTO DO MEMBRO COMPROMETIDO, COM ALTA DEFUNITION. COM ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL DE 90%.

- Alergologia
- Clínica geral
- Clínica Médica
- Cardiologia
- Dermatologia
- Endoscopia
- Ecocardiograma
- Eletrocardiograma
- Exames Laboratoriais
- Gastroenterologia
- Ginecologia
- Medicina do Trabalho
- Medicina Estética
- Pediatria
- Pequenas Cirurgias
- Testes Alérgicos
- Tomografia
- Ultrassonografia em Geral
- Urologia

Edmar

10.10.17

Dr. Edmar Machado da Silva
Cl. Geral e Cirurgia Geral
CRM: 1564-PI - CRM: 2660-MA
9903-0829/9532-1987/8827-3736



FICHA DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
PRONTO SOCORRO

NOME DO PACIENTE:		IDADE	
ENDEREÇO:		CIDADE	UF
CPF:	RG:		
NOME DO PAI:			
NOME DA MÃE:			
DADOS CLÍNICOS Paciente vítima de acidente de moto apresentando dor intensa em pulso direito. Rx pulso → Fratura impactada do terço distal do Rádio.			
DIAGNÓSTICO Acidente Motociclistico + Fratura de Rádio			
DATA	Dr Aquilino Marques CRM/PI 4499 ASS. CARIMBO DO MÉDICO		

CONFERE COM A ORIGINAL
EM 05/04/17
DEPTº. Pessoal - H. E. N. M.

CNPJ - 06.553.564/0012-90

Av. Benício Alves da Silva, 577 - Centro • Fone: (86) 3285-1133 • Elesbão Veloso - PI

Nome: EDILSON RAMOS DA PAZ

Requisitante: .

Data: 06/05/2016

Nº.: 44027

EXAME: RX PUNHO DIREITO (02 INC)

RELATÓRIO

- Textura óssea preservada.
- Fratura impactada do terço distal do rádio.
- Demais estruturas ósseas íntegras.
- Espaços articulares preservados.
- Aumento de volume das partes moles.

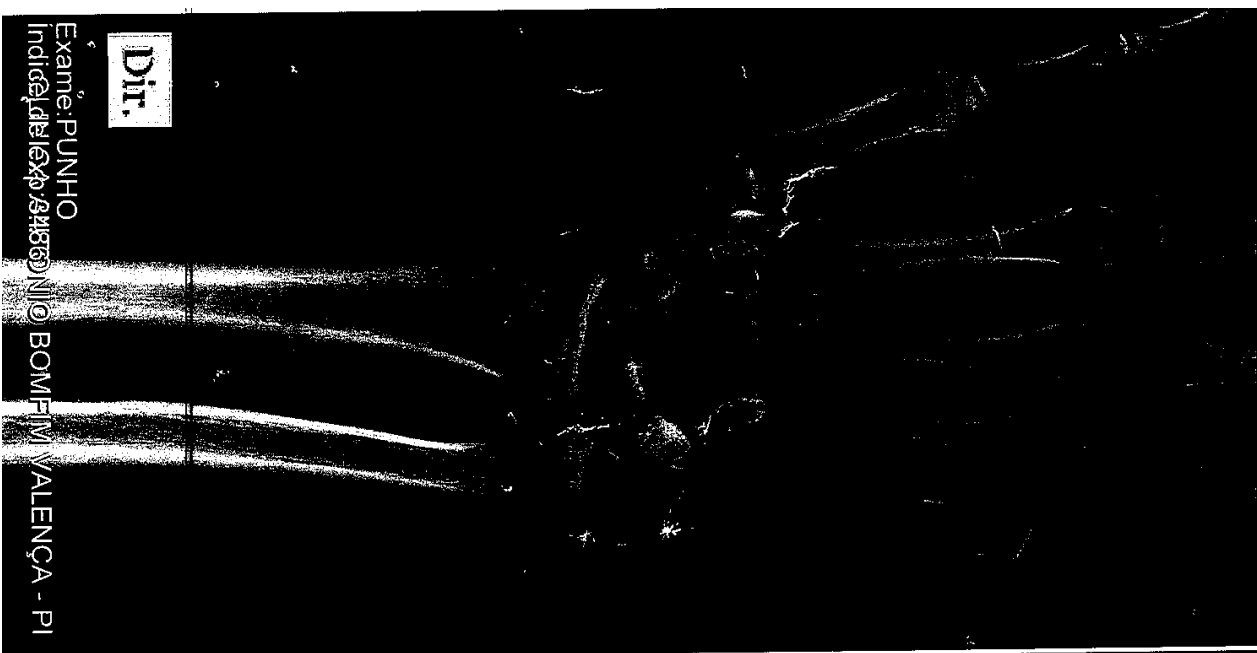
PEDRO DE PAULA BOMFIM NETO

CRM: 3255

Praça Getúlio Vargas, 297 - Fone/Fax: (89) 3465-1201 - Valença do Piauí



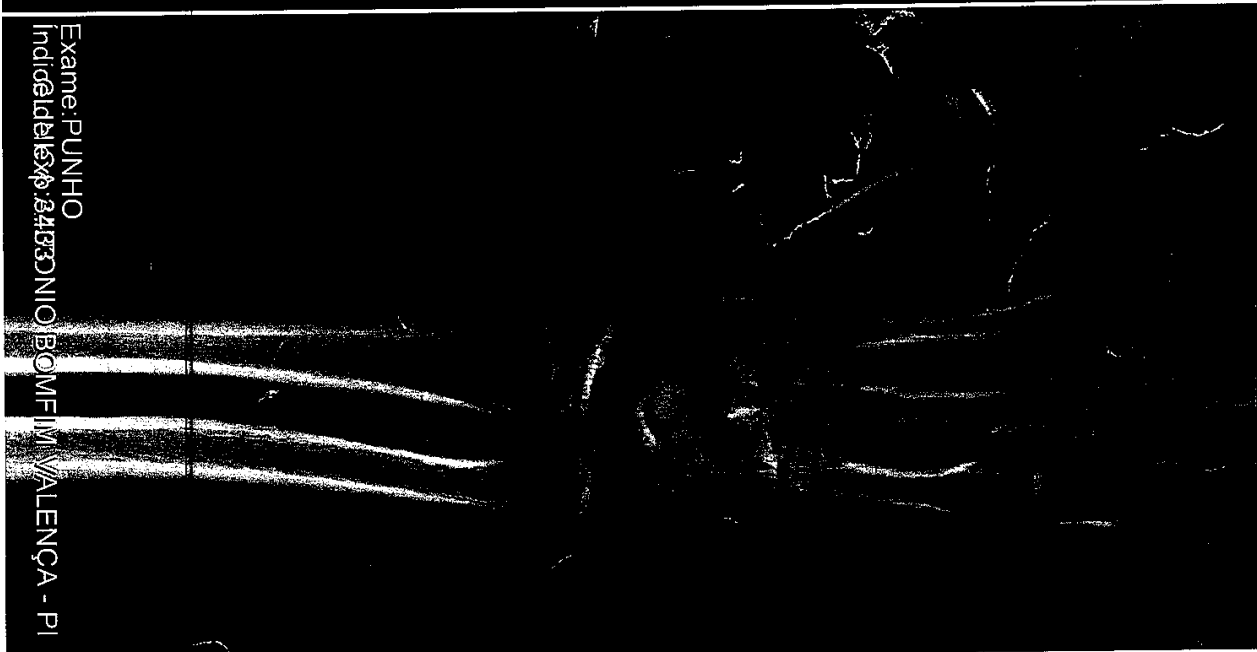
EDILSON RAMOS DA PAZ
Data de aquis.: 6/5/2016
Sexo: Masculino
Hora de aquis.: 08:24:34
Idade: 39 Anos



Dit.

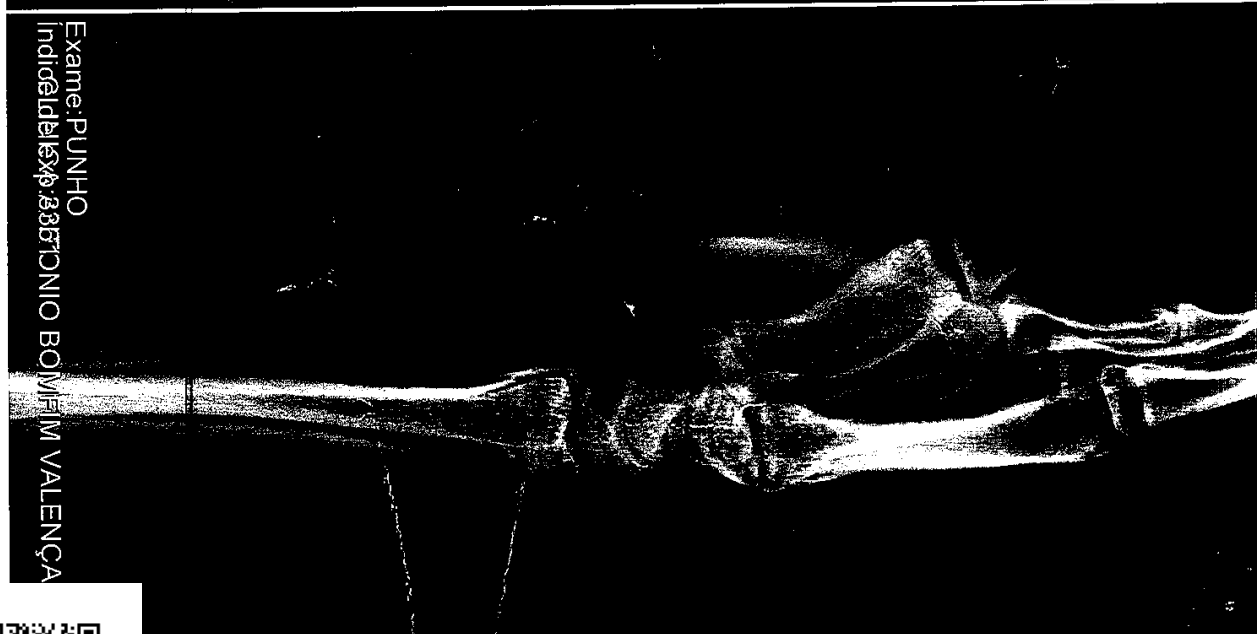
Exame: PUNHO
Indicador: 34860 NIO BOMFILM VALENÇA - PI

EDILSON RAMOS DA PAZ
Data de aquis.: 6/5/2016
Sexo: Masculino
Hora de aquis.: 08:25:32
Idade: 39 Anos



Exame: PUNHO
Indicador: 34860 NIO BOMFILM VALENÇA - PI

EDILSON RAMOS DA PAZ
Data de aquis.: 6/5/2016
Sexo: Masculino
Hora de aquis.: 08:26:46
Idade: 39 Anos



Exame: PUNHO
Indicador: 34860 NIO BOMFILM VALENÇA





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 136588.000027/2017-97

Unidade de Registro: DP DE ELESBÃO VELOSO

Resp. pelo Registro: Yuziane Da Silva Franco

Data/Hora: 12/01/2017 - 10:07

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE ELESBÃO VELOSO

Data/Hora

06/05/2016 - 15:30

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

ELESBÃO VELOSO

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Endereço

ESTRADA VICINAL DA LOCALIDADE CAMPINA VERDE, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DAS PERSONAGENS ENVOLVIDAS

Nome: EDILSON RAMOS DA PAZ

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 2270717 SSP PI

Mãe: TERESINHA DE JESUS RAMOS DA PAZ

Pai: ANTONIO LOPES DA PAZ

Endereço: RUA JOSÉ MARCELINO MORAES, Nº SN

Bairro: SANTA CLARA

Cidade: ELESBÃO VELOSO

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:

Modelo:

Ano:

Placa:

Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA

CG 125

2013

OEF1088

9C2JC4110DR709736

Vermelha

Condutor: EDILSON RAMOS DA PAZ

RG: 2270717 Órgão: SSP UF RG: PI

End: RUA JOSÉ MARCELINO MORAES Número: SN Complemento:

Cidade: ELESBÃO VELOSO UF: PI Bairro: SANTA CLARA

Proprietário: EDILSON RAMOS DA PAZ

Cidade: ELESBÃO VELOSO UF: Bairro:

RELATO DA OCORRÊNCIA

O DECLARANTE, CIENTE DAS RESPONSABILIDADES CIVEIS E PENAS PELA INFORMAÇÃO PRESTADA, COMPARECEU A ESTA DELEGACIA PARA INFORMAR QUE FOI VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO EM DIA, HORA E LOCAL SUPRACITADOS. QUE O DECLARANTE TRAFEGAVA PELA ESTRADA VICINAL DA LOCALIDADE CAMPINA VERDE, CONDUZINDO A MOTO DE PLACA OEF-1088; QUE PASSOU POR CIMA DE UMA PEDRA O QUE PROVOCOU O DESEQUILÍBRIO; QUE O DECLARANTE CAIU NO CHÃO, FRATURANDO O PUNHO DIREITO. FOI ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL ESTADUAL NORBERTO MOURA, ONDE FOI MEDICADO E LIBERADO PARA CASA; QUE O DECLARANTE ESTAVA SENTINDO MUITA DOR E, POR ISSO, SE DIRIGIU PARA O HOSPITAL PARTICULAR ANTONIO BONFIM ONDE FOI CONSTATADA A FRATURA NO PUNHO. APRESENTOU OS SEGUINTE DOCUMENTOS: FICHA DE ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA E RELATÓRIO DA CLÍNICA ANTONIO BONFIM. ERA O QUE TINHA A DECLARAR.

Yuziane Da Silva Franco - Mat. 2867729
AGENTE DE POLÍCIA

Edilson Ramos da Paz
EDILSON RAMOS DA PAZ - Noticiante
Responsável pela Informação





Estado do Piauí
Polícia de Segurança Pública
Departamento Geral de Polícia Civil
Sistema de Boletim de Ocorrência

959 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 136588.000027/2017-97

Delegado de Polícia



MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 011464343050
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	00500893304	000000000000000000	2012

NOME	
FELSON RAYOS DA PAZ	

CPF / CNPJ	PLACA
1567022300	000-1000

PLACA ANT. / UF	CHASSI
000-1000	9020041100R702125

ESPÉCIE / TRAT.	COMBUSTÍVEL
VEICULO AUTOMOTOR	ALCOOL

MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
FIAT / TAMBOR	2012	2012

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
1.8	PARTIC	VERMELHA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC. / COTAS
1	1	1

PREMIO TARIFARIO (R\$)	IOF (R\$)	PREMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
000,00	000,00	000,00	01/07/2012

RESTRICÇÕES	OBSERVAÇÕES

LOCAL	DATA
TERESINA - PI	01/07/2012

AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PI Nº 011464343050 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA	CPF / CNPJ	EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
1	01567022300	2012	01/07/2012

RENAVAM	PLACA
00500893304	000-1000

MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
FIAT / TAMBOR	2012	2012

CHASSI	DATA FAB.
9020041100R702125	03

PREMIO TARIFARIO	IOF	PREMIO TOTAL
000,00	000,00	000,00

CUSTO DO SEGURO (R\$)	IOF (R\$)	CUSTO DO BILHETE (R\$)
000,00	000,00	000,00

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)	IOF (R\$)	CUSTO DO BILHETE (R\$)
000,00	000,00	000,00

PAGAMENTO	DATA DE QUITAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> COTA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	01/07/2012

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 05.245.606/0001-04
www.seguradoralider.com.br



